

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 849, de 2018)

O capítulo VII passa a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO VII

**DO CARGO ISOLADO DE ESPECIALISTA DE
INFRAESTRUTURA SÊNIOR E DA CARREIRA DE
ANALISTAS DE INFRAESTRUTURA**

Art. 7º A Lei nº 11.539, de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º-B. A partir de 1º de janeiro de 2020, a estrutura remuneratória dos titulares da Carreira de Analistas de infraestrutura será exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única disposto no Anexo V a esta Lei, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, cessando o pagamento das vantagens previstas nos Anexos II – alínea “b”, III – alínea “b” e IV a esta Lei, aplicando-se no que couber os arts. 11 a 17 da Lei nº 11.890, de 2008.

Art. 8º Os Anexos II, III e IV à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, ficam com a eficácia postergada quanto aos seus efeitos financeiros ainda não implementados e passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos X, XI e XII a esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Acresce-se à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007 o Anexo V, na forma do Anexo LXVI a esta Lei.

ANEXO LXVI

(Anexo V à Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007)

**TABELA DE SUBSÍDIOS DA CARREIRA DE ANALISTA DE
INFRAESTRUTURA**



CARGO	CLASS E	PADRÃO	VALOR DO SUBSÍDIO
			EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE
			1º DE JANEIRO DE 2020
Analista de Infraestrutura	ESPECIAL	III	18.681,92
		II	18.242,08
		I	17.819,02
	B	V	17.001,27
		IV	16.616,80
		III	16.239,70
		II	15.878,57
		I	15.524,56
	A	V	14.857,18
		IV	14.537,45
		III	14.227,86
		II	13.925,11
		I	13.632,87



SF/18819.14358-39

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos debates da MPv 765/2016 que redundou na Lei 13.464/2017, o Congresso Nacional reconheceu o caráter essencial e estratégico da carreira dos Analistas de Infraestrutura, incluindo-a no rol das carreiras de gestão, configurando-a, portanto, como carreira típica de estado.

As carreiras típicas de estado formam o núcleo central da Administração Pública Federal, responsáveis pelo planejamento, gestão e avaliação das políticas públicas vitais e estratégicas à sociedade brasileira, trazendo uma visão especializada, técnica e de longo prazo ao desenvolvimento nacional, ajudando a colocar o interesse nacional acima das passageiras disputas político-ideológicas. São estes os servidores que, em suas respectivas atuações, ajudam a pensar o Brasil como nação.

Os Analistas de Infraestrutura, em especial, são servidores públicos técnicos, altamente especializados, competentes responsáveis pelo “planejamento, coordenação, fiscalização, assistência técnica e execução de investimentos em infraestrutura de grande porte” (art. 1º, caput, Lei 11.539/2007), sendo essenciais à retomada do investimento público e privado em empreendimentos do desenvolvimento econômico e social sustentável do Brasil e a superação da crise econômica.

Neste sentido, para proteger estas carreiras vitais à boa gestão das influências políticas passageiras, a Constituição da República estabelece a estrutura remuneratório por subsídios, isto é, remuneração em parcela única, diminuindo a influência de ameaças ou benesses com a oferta ou perda de cargos comissionados, gratificações e outros

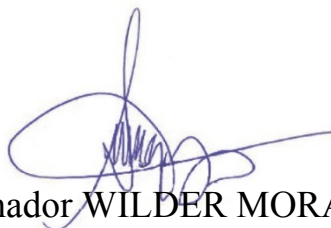
abonos. Uma estrutura remuneratória mais simples e que facilita, também, o planejamento de longo prazo tanto dos servidores como da Administração Pública.

Porém, até este momento, esta Carreira está, inexplicavelmente, recebendo tratamento diferenciado, atentado à isonomia que deve cessar de imediato.

Este o objetivo desta emenda, adequar a estrutura remuneratória dos servidores da carreira de Analista de Infraestrutura ao modelo adequado às carreiras de estado, que compõe por força de lei, sem qualquer aumento de despesa, apenas realinhando os gastos já existentes.

Estes os motivos pelo que pugno aos pares a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,



Senador **WILDER MORAIS**
DEM/GO



SF/18819.14358-39